



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

DECRETO N.16.259, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011:

Incorpora ao RICMS/RO as alterações oriundas da 141ª reunião ordinária, da 157ª e da 158ª reunião extraordinária do CONFAZ e da 144ª reunião ordinária da COTEPE/ICMS, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual; e

CONSIDERANDO os Convênios e Protocolos firmados pelo Estado de Rondônia na 141ª reunião ordinária, na 157ª e na 158ª reunião extraordinária do CONFAZ e da 144ª reunião ordinária da COTEPE/ICMS:

DECRETA

Art. 1º Ficam acrescentados os dispositivos adiante enumerados ao Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – RICMS/RO, aprovado pelo Decreto nº. 8321, de 30 de abril de 1998:

I – os itens 102 a 105 ao Anexo XVIII: (Ato COTEPE 01/2011, efeitos a partir de 22/03/11)

“

ITEM	EMPRESA	CNPJ DA MATRIZ	SEDE	ÁREA DE ATUAÇÃO
102	ENCANTO TELECOM.	11.400.830/0001-22	São Paulo – SP	Todo o território nacional (STFC Local, LDN, LDI)
103	DIGIVOX SOLUÇÕES DE COMUNICAÇÃO LTDA.	06.126.611/0001-67	João Pessoa – PB	Todo o território nacional (STFC Local, LDN e LDI)
104	TPA INFORMÁTICA LTDA.	02.255.187/0001-08	Timbó – SC	Todo o território nacional (STFC Local, LDN, LDI)
105	ELIG SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	10.916.008/0001-56	Primavera do Leste – MT	Todo o território nacional (STFC Local, LDN, LDI)

”

[Handwritten signatures]

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL

Nº 1836 do dia 13/10/11

OSANTO 11 11 025.11



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA GOVERNADORIA

II – o item 41 à Tabela I do Anexo II: (Convênio ICMS 08/2011, efeitos a partir de 1º/06/11)

“41. Nas operações com os produtos listados no anexo único deste item, destinados ao tratamento e controle de efluentes industriais e domésticos, mediante o emprego de tecnologia de aceleração da biodegradação, oriundos de empresas licenciadas pelos órgãos competentes estaduais, a carga tributária poderá ser reduzida em:

I – 60% (sessenta por cento), sem a manutenção dos créditos fiscais previstos na legislação estadual, ou;

II – 35% (trinta e cinco por cento), com a manutenção dos créditos fiscais previstos na legislação estadual.

Nota 1: O contribuinte deverá fazer a opção do benefício previsto nos incisos I ou II do “caput” deste item, uma vez por ano, até o último dia útil, por meio de requerimento dirigido à Coordenadoria da Receita Estadual.

Nota 2: O disposto neste item aplica-se também aos produtos listados no anexo único abaixo destinados ao tratamento e controle de efluentes industriais, incluídas a desobstrução de tubulações industriais, a inibição de odores e o tratamento de águas de processos produtivos em geral, inclusive das indústrias de papel e de celulose.

ANEXO ÚNICO

ITEM	NCM/SH	DESCRIÇÃO
1	2703.00.00	TURFA (Absorvente Orgânico) Absorvente natural biodegradável (100% orgânico), bioremediador para emergências ambientais decorrentes de derrames e/ou vazamentos de óleos, solventes e demais derivados de hidrocarbonetos e de produtos químicos, em plantas industriais e demais processos e ocorrências em estradas, companhias elétricas, corpos d'água, etc.
2	2836.99.19	Ativadores biológicos – macro e micro nutrientes para tratamento de efluentes domésticos e industriais, em caixas de gordura, fossas, sumidouros e estações de tratamento de efluentes biológicos (lagoas anaeróbicas e aeróbicas, lodos ativados, filtros biológicos, etc.).
3	2836.99.19	Composto de nutrientes balanceados para otimização de lodos e acelerador da decomposição biológica de tratamento de efluentes. Ativador biológico composto de macro e micro nutrientes para uso em sistemas de tratamento de efluentes.
4	2836.99.19	Composto de nutrientes para tratamento biológico de efluentes domésticos e industriais com problemas de odores e alta carga orgânica.
5	2836.99.19	Composto de nutrientes especialmente formulados para tratamento biológico de efluentes oriundos do processamento de leite e seus derivados.

[Handwritten signatures]



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

6	3507.90.19	Ativadores biológicos - macro e micro nutrientes - para tratamento de efluentes industriais, estações de tratamento de efluentes biológicos (lagoas anaeróbicas e aeróbicas, lodos ativados, filtros biológicos, etc) e domésticos (caixas de gordura, fossas, filtros e sumidouros).
7	3507.90.19	Ativador biológico natural para tratamento de efluentes domésticos e industriais em sistemas de caixa de gordura, fossa, sumidouro, filtros, lodo ativado, lagoa anaeróbica e outros processos biológicos.
8	3507.90.19	Combinação de agentes biológicos existentes na natureza que metabolizam os componentes geradores de mau cheiro, transformando-as em produtos inertes.
9	3507.90.19	Composto enzimático para desobstrução de tubulações e sistemas comatados por material orgânico (óleos, graxas, gorduras, proteína e carboidratos). Utilizado em caixas de gordura, pasteurizadores, tubulações e sistemas em geral.
10	3507.90.19	Composto para sistemas com mau cheiro (cigarro, odores, fritura e material orgânico em decomposição). Usado em tubulações, caixa de gordura, banheiros, mictórios, interior de veículos, carpetes, cozinhas, sem biocidas etc.
11	3507.90.19	Detergente enzimático utilizado na quebra de cadeia de gorduras, óleos, graxas, proteínas e carboidratos.
12	3507.90.19	Detergente enzimático em gel para limpeza das mãos.
13	3507.90.19	Detergente enzimático utilizado para limpeza pesada de hidrocarbonetos e seus derivados.
14	3507.90.41	Produto usado na desagregação e refinação das fibras de papel reciclado e celulose. As enzimas auxiliam na limpeza mecânica, de feltros, telas formadoras, lonas de ondulateiras. Reduz e pitches e stiches.
15	3507.90.41	Produto usado na desagregação e refinação das fibras de papel reciclado e celulose. As enzimas auxiliam na limpeza mecânica, de feltros, telas formadoras, lonas de ondulateiras. Reduz e pitches e stiches, com adição de dispersante.
16	3507.90.41	Produto enzimático usado na limpeza de feltros, telas formadoras e lonas de ondulateiras. Produto com tenso ativo para limpeza de sistemas, usado em processos de dosagens contínuas, por meio de bicos. Usado também em boil out e limpezas de tanques, caixas, circuitos de aproximação, mesa plana e caixa de entrada. Reduz pitches e stiches.
17	3507.90.41	Biocida para uso em águas de processo, impedindo o crescimento de algas, fungos, bactérias.
18	3507.90.41	Composto enzimático usado na desobstrução de tubulações, sistemas e circuitos de amido. Limpeza em processos de fabricação de papel.
19	3507.90.41	Produto enzimático utilizado na limpeza de sistemas com grande deposição de tintas e materiais orgânicos e inorgânicos. Limpeza de incrustações inorgânicas aderidas a incrustações orgânicas. Usado também como dispersante de tintas em aparas com alto teor de corantes.
20	3507.90.41	Composto enzimático com dispersantes inorgânicos usado no processo de papel e celulose que contenham contaminações de tintas e resinas;

[Handwritten signatures and initials]



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

		para desincrustrações de matérias orgânicas e inorgânicas. Utilizado também nos processos de destintamento e alvejamento de aparas.
21	3507.90.41	Auxiliar de refinação melhorando a drenagem na mesa plana, melhorando o refino e o consumo de energia na planta produtiva.
22	3507.90.41	Auxiliar de branqueamento nos processos de polpação de celulose e fibras.
23	3507.90.41	Auxiliar de desagregação para limpeza de Parafina, Hotmelt e PVA.
24	3507.90.41	Composto Biológico e Enzimático, auxiliar de processos de separação de fibras.
25	3507.90.41	Utilizado para auxiliar o pré-cozimento e cozimento de fibras.
26	3507.90.41	Utilizado para auxiliar o refino, desagregação pesada e papel tissue.

”;

III – o item XIII à tabela de produtos do item 31 da Tabela II do Anexo I: (Convênio ICMS 25/2011, efeitos a partir de 1º/06/11)

“

XIII	Partes e peças utilizadas exclusiva ou principalmente em aerogeradores classificados no código 8502.31.00 da NCM/SH.	8503.00.90
------	--	------------

”;

IV – o inciso IV ao artigo 818-D: (Convênio ICMS 14/2011, efeitos a partir de 1º/06/11)

“IV – caso esteja obrigado à Escrituração Fiscal Digital – EFD, informar:

a) os registros de consolidação da prestação de serviços – notas de serviço de comunicação e de serviço de telecomunicação, quando estes forem apresentados à unidade federada de localização do prestador, não se aplicando o disposto nos incisos anteriores e parágrafo único deste artigo;

b) os valores da base de cálculo e valor do imposto para as unidades federadas de localização do prestador e dos tomadores, utilizando registro específico para prestação de informações de outras UF's, relativamente aos serviços não-medidos de televisão por assinatura via satélite.”;

V – o § 2º ao artigo 818-E, renumerando-se o parágrafo único para § 1º: (Convênio ICMS 14/2011, efeitos a partir de 1º/06/11)

“§ 2º As empresas citadas no “caput”, quando obrigadas à Escrituração Fiscal Digital - EFD, deverão apresentar a EFD, referente à inscrição de que trata o artigo 818-B, ao fisco rondoniense, se o tomador do serviço estiver localizado neste Estado.”

VI – o inciso XV ao item 43 da Tabela II do Anexo I: (Convênio ICMS 33/2011, efeitos a partir de 26/04/11)

“XV – Alteplase, nas concentrações de 10 mg, 20 mg e 50 mg – NCM 3004.90.99.”;



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

VII – o § 1º-A ao artigo 187-L: (Convênio ICMS 37/2011, efeitos a partir de 05/04/11)

“§ 1º-A Os formulários de segurança, autorizados através do Pedido para Aquisição de Formulário de Segurança (PAFS), até a data prevista no § 1º, poderão ser utilizados até o final de seus estoques, desde que obedecidas as finalidades para as quais tiveram o seu fornecimento autorizado.”

VIII – os itens XIV a XVII à tabela de produtos do item 31 da Tabela II do Anexo I: (Convênio ICMS 11/2011, efeitos a partir 1º/06/11)

“

XIV	Chapas de Aço	7308.90.10
XV	Cabos de Controle	8544.49.00
XVI	Cabos de Potência	8544.49.00
XVII	Anéis de Modelagem	8479.89.99

”;

IX – a Nota 3 ao item 31 da Tabela II do Anexo I: (Convênio ICMS 11/2011, efeitos a partir 1º/06/11)

“Nota 3: O benefício previsto no “caput” somente se aplica aos produtos relacionados nos itens XIV a XVII da tabela de produtos quando destinados a fabricação de torres para suporte de gerador de energia eólica.”;

X – os itens XXXIII a XLVII à lista de remédios do item 9 da Tabela II do Anexo I: (Convênio ICMS 18/2011, efeitos a partir 1º/06/11)

“

XXXIII	Reagente para determinação de testosterona	3002.1029
XXXIV	Reagente para determinação de T4 Neonatal Tiroxina	3002.1029
XXXV	Reagente para detecção da Hemoglobina A 1C	3002.1029
XXXVI	Acessórios para sistema de análise de suor	9018.19.90
XXXVII	Reagente para determinação de T4 Livre Tiroxina Livre	3002.1029
XXXVIII	Reagente para determinação de PSA Free/Total Antígeno Prostático Específico	3002.1029
XXXIX	Reagente para determinação de Ferritina	3002.1029
XL	Reagente para determinação de Folato	3002.1029
XLI	Reagente para determinação de T3 Triiodothyronine	3002.1029
XLII	Reagente para determinação FT3 (Free Triiodothyronine)	3002.1029
XLIII	Reagente para determinação de Insulina	3002.1029
XLIV	Reagente para determinação de Peptídio C	3002.1029
XLV	Reagente para determinação de cortisol	3002.1029
XLVI	Reagente controle Kit Fasc controle de Hemoglobinas	3002.1029
XLVII	Reagente para determinação de Alfafetoproteína	3002.1029

”;



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA GOVERNADORIA

XI – a Nota 5 ao item 25 da Tabela I do Anexo II: (Convênio ICMS 20/2011, efeitos a partir 1º/06/11)

“Nota 5: A utilização do benefício previsto no “caput” deste item fica condicionada a que todos os meios e equipamentos necessários à prestação do serviço, quando fornecidos pela empresa prestadora, estejam incluídos no preço total do serviço de comunicação.”;

XII – o § 4º ao artigo 362: (Convênio ICMS 22/2011, efeitos a partir de 05/04/11)

“§ 4º Quando a empresa de telecomunicações beneficiada pelo regime especial de que trata este capítulo prestar serviço de televisão por assinatura via satélite, será exigida inscrição estadual específica para o estabelecimento responsável pela distribuição dos sinais televisivos situado neste Estado.”

XIII – o Capítulo IV-B ao Título V, constituída pelos artigos 370-L a 370-R: (Convênio ICMS 24/2011, efeitos a partir de 1º/07/11)

“CAPÍTULO IV-B DAS OPERAÇÕES COM REVISTAS E PERIÓDICOS

Art. 370-L. Fica concedido às editoras, distribuidores, comerciantes e consignatários enquadrados nos códigos a seguir, da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE–, regime especial para emissão de Nota Fiscal Eletrônica – NF-e -, modelo 55, nas operações com revistas e periódicos nos termos deste capítulo:

I – 1811-3/02 Impressão de livros revistas e outras publicações periódicas;

II – 4618-4/03 Representantes comerciais e agentes do comércio de jornais, revistas e outras publicações;

III – 4618-4/99 Outros representantes comerciais e agentes do comércio de jornais, revistas e outras publicações;

IV – 4647-8/02 Comércio atacadista de livros, jornais e outras publicações;

V – 46761-0/02 Comércio varejista de jornais e revistas;

VI – 5310-5/01 Atividades do Correio Nacional;

VII – 5320-5/02 Atividades de franqueadas e permissionárias de Correio Nacional;

VIII – 5320-2/02 Serviço de entrega rápida;

IX – 5813-1/00 Edição de revistas;



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA GOVERNADORIA

X - 5823-9/00 – Edição integrada à impressão de revistas.

§ 1º As disposições deste capítulo não se aplicam às operações com jornais.

§ 2º Nas hipóteses não contempladas neste capítulo, serão observadas as normas previstas na legislação tributária pertinente.

Art. 370-M. As editoras, qualificadas no artigo 370-L, ficam dispensadas da emissão de NF-e nas remessas dos exemplares de revistas e periódicos destinados a assinantes, devendo emitir na venda da assinatura da revista ou periódico, uma única NF-e englobando suas futuras remessas, tendo como destinatário o assinante e contendo no campo Informações Complementares: “NF-e emitida de acordo com os termos do Convênio ICMS 24/11” e o número do contrato ou assinatura.”

Parágrafo único. Para fins de consulta da NF-e globalizada, as editoras deverão fazer constar no contrato da assinatura o endereço eletrônico onde será disponibilizada a “chave de acesso” de identificação da respectiva NF-e.

Art. 370-N. As editoras emitirão NF-e, nas remessas para distribuição de revistas e periódicos destinados aos distribuidores ou aos Correios, a cada remessa, consolidando as cargas para distribuição direta e individual a cada assinante, contendo os requisitos previstos na legislação tributária, indicando como destinatário o respectivo distribuidor ou agência do Correios.

Parágrafo único. No campo Informações Complementares: “NF-e emitida de acordo com os termos do Convênio ICMS 24/11.”.

Art. 370-O. Os distribuidores e os Correios ficam dispensados da emissão, individual, de NF-e quando da entrega dos exemplares aos assinantes de revistas e periódicos recebidos na forma prevista no artigo 370-N, observado o disposto no parágrafo único.

Parágrafo único. Em substituição à NF-e referida no “caput”, os distribuidores ou os Correios deverão emitir até o último dia do mês, NF-e global, englobando as entregas mensais oriundas das vendas de assinaturas por unidade federada, que conterà, sem prejuízo dos demais requisitos previstos na legislação tributária:

I - no grupo de informações do destinatário: os dados do próprio emitente;

II - no campo CNPJ do local de entrega: o número do CNPJ do emitente;

III - no campo logradouro do local de entrega: diversos;

IV - no campo bairro do local de entrega: diversos;

V - no campo número do local de entrega: diversos;



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

VI - no campo município do local de entrega: Capital da UF onde foram efetuadas as entregas;

VII - no campo UF do local de entrega: a UF onde foram efetuadas as entrega.

Art. 370-P. As editoras emitirão NF-e nas remessas de revistas e periódicos para distribuição, consignação ou venda, conforme a operação, a cada remessa ou venda, contendo os requisitos exigidos pela legislação tributária.

Art. 370-Q. Os distribuidores, revendedores e consignatários emitirão NF-e nas operações de distribuição, compra e venda e consignação de revistas e periódicos quando destinadas às bancas de revistas e pontos de venda.

§ 1º Os distribuidores, revendedores e consignatários, ficam dispensados da impressão do Danfe da NFe descrita no “caput”, desde que imprimam os códigos chave para circulação com a carga.

§ 2º Nos casos de retorno ou devolução de revistas e periódicos efetuados pelas bancas de revistas ou pontos de venda, os distribuidores, revendedores e consignatários emitirão NF-e de entrada, quando da entrada da mercadoria no seu estabelecimento, mencionando, no campo informações complementares, o número da NF-e de remessa e a expressão: “NF-e emitida de acordo com os termos do Convênio ICMS 24/11”, ficando dispensados da impressão do Danfe.

Art. 370-R. O disposto neste capítulo:

I - não dispensa a adoção e escrituração dos livros fiscais previstos na legislação tributária;

II - não se aplica às vendas à vista a pessoa natural ou jurídica não-contribuinte do ICMS, em que a mercadoria seja retirada no próprio estabelecimento pelo comprador, hipótese em que será emitido o respectivo documento fiscal.”;

XIV– os itens 163 e 164 à lista de fármacos e medicamentos constantes do item 44 da Tabela II do Anexo I: (Convênio ICMS 26/2011, efeitos a partir de 1º/06/11)

“

Item	Fármacos	NCM	Medicamentos	NCM
		Fármacos		Medicamentos
163	Insulina Humana	2937.12.00	Novolin N – Frasco 100 UI/mL – 10 mL	3004.31.00
			Novolin N – Penfill 100 UI/mL – 3 mL – caixa com 5 refis	
164	Insulina Humana (Ação rápida)	2937.12.00	Novolin R – Frasco 100 UI/mL – 10 mL	3004.31.00

”

XV – o § 3º ao artigo 196-A2: (Protocolo ICMS 19/2011, efeitos a partir de 1º/04/11)



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA GOVERNADORIA

“§ 3º O disposto no inciso I do “caput” deste artigo somente se aplica nas operações internas destinadas à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos a partir de 1º de agosto de 2011.”;

XVI – a Subseção I à Seção II do Capítulo II do Título II, constituída pelos artigos 27-A a 27-B: (Convênio ICMS 35/2011, efeitos a partir de 1º/06/11)

“SUBSEÇÃO I

DA BASE DE CÁLCULO DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA NAS OPERAÇÕES QUE ENVOLVAM OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL

Art. 27-A. O contribuinte optante pelo regime simplificado e diferenciado do Simples Nacional, que recolhe o ICMS nos termos da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, na condição de substituto tributário, não aplicará “MVA ajustada” prevista em Convênio ou Protocolo que instituir a Substituição Tributária nas operações interestaduais com relação às mercadorias que mencionam.

Parágrafo único. Para efeitos de determinação da base de cálculo da substituição tributária nas operações de que trata o “caput” o percentual de MVA adotado será aquele estabelecido a título de “MVA ST original” em Convênio ou Protocolo ou pela Legislação do Estado de Rondônia.

Art. 27-B. Nas operações interestaduais promovidas por contribuinte optante pelo regime simplificado e diferenciado do Simples Nacional que recolhe o ICMS nos termos da Lei Complementar nº 123/06, em que o adquirente da mercadoria, optante ou não pelo regime do Simples Nacional, seja o responsável pelo recolhimento do imposto devido por substituição tributária, na determinação da base de cálculo será adotado o disposto no parágrafo único do artigo 27-A.”;

XVII – a Observação nº 10 ao Anexo V: (Convênio ICMS 35/2011, efeitos a partir de 1º/06/11)

“OBS 10: Não será aplicada a “MVA ajustada”, e sim a “MVA ST original”, nas operações interestaduais em que o contribuinte optante pelo simples nacional seja o substituto tributário ou promova a saída da mercadoria em que o adquirente, optante ou não, seja o responsável pelo recolhimento do imposto devido por substituição tributária.”.

XVIII – o item 24 à Tabela II do Anexo II: (Convênio 75/91, retroagindo seus efeitos a 27 de dezembro de 1991)

“24. Até 31 de dezembro de 2012, de forma que a carga tributária seja equivalente a 4%, nas operações com aeronaves, peças, acessórios e outras mercadorias especificadas, nos termos do Convênio ICMS nº 75, de 09 de dezembro de 1991.”.

XIX – o § 3º ao artigo 196-A2: (Protocolo ICMS 07/11, efeitos a partir de 07/04/11)

“§ 3º A obrigatoriedade de que trata o “caput” aplica-se a partir de 1º de outubro de 2011 para os contribuintes que tenham sua atividade principal enquadrada nos seguintes códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas:



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA GOVERNADORIA

- I - 5811-5/00 Edição de Livros;
- II - 5812-3/00 Edição de Jornais;
- III - 5813-1/00 Edição de Revistas;
- IV - 5821-2/00 Edição Integrada a Impressão de Livros;
- V - 5822-1/00 Edição Integrada a Impressão de Jornais;
- VI - 5823-9/00 Edição Integrada a Impressão de Revistas.”

Art. 2º Fica acrescentado com a redação a seguir o parágrafo único ao artigo 7º do Decreto nº 9953, de 21 de maio de 2002:

“Parágrafo único. Para os fins do disposto neste artigo considera-se em exercício de função interna o Auditor Fiscal de Tributos Estaduais ocupante de cargos ou funções previstos nos artigos 33 e 34 e aqueles enquadrados nas disposições do § 3º do artigo 38 da Lei nº 1052, de 19 de fevereiro de 2002, e ainda os abrangidos pelo disposto no artigo 12 deste Decreto.”;

Art. 3º Passam a vigorar com a seguinte redação os incisos I e II do artigo 7º do Decreto nº 9953, de 21 de maio de 2002:

“I – 100% ao grupo formado pelos Auditores Fiscais de Tributos Estaduais em exercício de função interna quando o auto de infração for lavrado por Auditor Fiscal de Tributos Estaduais enquadrado neste grupo;

II – Nos casos não enquadrados no inciso I deste artigo:

- a) 65% (sessenta e cinco por cento) ao Auditor Fiscal de Tributos Estaduais autuante; e
- b) 35% (trinta e cinco por cento) ao grupo formado pelos Auditores Fiscais de Tributos Estaduais em exercício de função interna.”

Art. 4º Passam a vigorar com a seguinte redação os dispositivos a seguir discriminados do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – RICMS/RO, aprovado pelo Decreto nº 8321, de 30 de abril de 1998:

I – o inciso II do artigo 227-AD: (Ajuste SINIEF 02/2011, efeitos a partir de 05/04/11)

“II - pelos demais contribuintes que promoverem a saída de mercadoria que, cumulativamente:

- a) for destinada a contribuinte do ICMS;



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA GOVERNADORIA

b) integrar carga fracionada cujo transporte for realizado pelo próprio contribuinte remetente ou por transportador autônomo por ele contratado;”;

II – o artigo 227-AS: (Ajuste SINIEF 02/2011, efeitos a partir de 05/04/11)

“Art. 227-AS. A obrigatoriedade de emissão do MDF-e será imposta aos contribuintes de acordo com cronograma a ser estabelecido por meio:

I - de Protocolo ICMS, nas hipóteses de:

a) prestação de serviço de transporte interestadual de carga fracionada;

b) operação interestadual relativa à circulação de mercadoria, destinada a contribuinte do ICMS, que deva ser transportada em carga fracionada pelo próprio remetente ou por transportador autônomo por ele contratado;

II - da legislação do Estado de Rondônia nas demais hipóteses.

§ 1º O cronograma de que trata este artigo poderá estabelecer a obrigatoriedade da emissão do MDF-e, ou tornar esta facultativa, apenas em relação a determinadas operações ou prestações ou a determinados contribuintes ou estabelecimentos, segundo os seguintes critérios:

I - valor da receita bruta do contribuinte;

II - valor da operação ou da prestação praticada pelo contribuinte;

III - natureza, tipo ou modalidade de operação;

IV - prestação praticada pelo contribuinte;

V - atividade econômica exercida pelo contribuinte;

VI - tipo de carga transportada;

VII - regime de apuração do imposto.

§ 2º A partir de 1º de janeiro de 2013, legislação estadual poderá dispor sobre a obrigatoriedade de emissão de MDF-e para as operações e prestações de serviços indicadas nas alíneas “a” e “b” do inciso I do artigo 227-AS, quando no território do Estado de Rondônia tenha:

I - sido iniciada a prestação do serviço de transporte;

II - ocorrido a saída da mercadoria, na hipótese do inciso II do artigo 227-AD.”.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA GOVERNADORIA

III – o “caput” do artigo 227-AM: (Ajuste SINIEF 03/2011, efeitos a partir de 1º/06/11)

“Art. 227-AM. Fica instituído o Documento Auxiliar do MDF-e - DAMDFE, conforme lei autêntica estabelecido no Manual de Integração MDF-e - Contribuinte, para acompanhar a carga durante o transporte e possibilitar ao Fisco das unidades federadas o controle dos documentos fiscais vinculados ao MDF-e.”

IV – o item XII do item 31 da Tabela II do Anexo I: (Convênio ICMS 25/2011, efeitos a partir de 1º/06/11)

“

XII	Pá de motor ou turbina eólica.	8503.00.90
-----	--------------------------------	------------

”

V – o § 1º do artigo 187-L: (Convênio ICMS 37/2011, efeitos a partir de 05/04/11)

“§ 1º Até 30 de junho de 2011, os fabricantes interessados em permanecer credenciados como fabricantes de Formulário de Segurança deverão apresentar requerimento nos termos do artigo 187-E.”

VI – a alínea “a” do inciso III do item 24 da Tabela II do Anexo I: (Convênio ICMS 17/2011, efeitos a partir de 1º/06/11)

“a) os produtos estejam registrados no órgão competente do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o número do registro seja indicado no documento fiscal, quando exigido;”;

VII – a alínea “a” do inciso III do item 6 da Tabela II do Anexo II: (Convênio ICMS 17/2011, efeitos a partir de 1º/06/11)

“a) os produtos estejam registrados no órgão competente do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o número do registro seja indicado no documento fiscal, quando exigido;”;

VIII – o “caput” do artigo 406-C: (Protocolo ICMS 03/2011, efeitos a partir de 07/04/11)

“Art. 406-C. A EFD será obrigatória, a partir de 1º de janeiro de 2012, para todos os contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS e/ou do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI.”;

IX – os itens 110 a 120 do Anexo Único do item 53 da Tabela II do Anexo I: (Convênio ICMS 180/2010, efeitos a partir de 01/03/11)

“

110	3004.32.90	Dexametasona 8mg
111	3004.90.79	Ciclosfamida 1g



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

112	3004.20.69	Doxorrubicina 50mg
113	3004.39.99	Prednisona 5mg
114	3004.39.99	Prednisona 20mg
115	3004.40.10	Vincristina 1mg
116	3004.90.78	Ritonavir 100mg
117	3004.90.99	RWJ-3369 (Carisbamato) 50mg
118	3004.90.99	RWJ-3369 (Carisbamato) 100mg
119	3004.90.99	RWJ-3369 (Carisbamato) 200mg
120	3004.90.99	RWJ-3369 (Carisbamato) 400mg

X – o artigo 247: (Ajuste SINIEF 01/2011, efeitos a partir de 1º de junho de 2011)

“Art. 247. O Bilhete de Passagem Rodoviário será emitido, no mínimo, em 2 (duas) vias, que terão a seguinte destinação:

I - a 1ª via será entregue ao passageiro, que deverá conservá-la durante a viagem;

II - a 2ª via ficará em poder do emitente, para exibição ao Fisco.”;

XI – os itens a seguir enumerados do Anexo XIX (Protocolo ICMS 07/11, efeitos a partir de 07/04/11):

“

CNAE	Descrição CNAE	Início da obrigatoriedade
1811301	IMPRESSAO DE JORNAIS	1/10/2011
1811302	IMPRESSAO DE LIVROS, REVISTAS E OUTRAS PUBLICACOES PERIODICAS	1/10/2011
4618403	REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO DE JORNAIS, REVISTAS E OUTRAS PUBLICAÇÕES	1/10/2011
4647802	COMERCIO ATACADISTA DE LIVROS, JORNAIS E OUTRAS PUBLICACOES	1/10/2011
4618499	OUTROS REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMÉRCIO DE JORNAIS, REVISTAS E OUTRAS PUBLICAÇÕES	1/10/2011
5310501	ATIVIDADES DE CORREIO NACIONAL	1/10/2011
5310502	ATIVIDADES DE FRANQUEADAS E PERMISSONÁRIAS DE CORREIO NACIONAL	1/10/2011

”

Art. 5º Ficam convalidadas, no período de 16 de dezembro de 2010 até 1º/06/11, as operações com as mercadorias descritas no inciso III do item 24 da Tabela II do Anexo I e no inciso III do item 6 da Tabela II do Anexo II do RICMS/RO, que tenham ocorrido sem a indicação, no documento fiscal, do registro no órgão competente do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. (Convênio ICMS 17/2011, efeitos a partir de 1º/06/11)

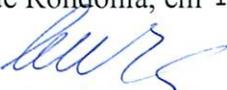


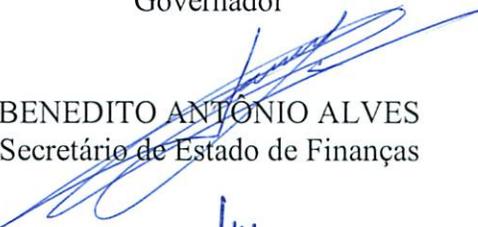
GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

Art. 6º Fica revogado o Decreto nº 16.160 de 25 de agosto de 2011.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos, em relação aos dispositivos por eles disciplinados, a partir da data de entrada em vigor do Protocolo ou Convênio ICMS nele indicada.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 11 de outubro de 2011, 123º da República.


CONFÚCIO AIRES MOURA
Governador


BENEDITO ANTÔNIO ALVES
Secretário de Estado de Finanças


WAGNER LUÍS DE SOUZA
Secretário Adjunto de Finanças


MARIA DO SOCORRO BARBOSA PEREIRA
Coordenadora Geral da Receita Estadual



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

RETIFICAÇÃO

Considerando a duplicidade de numeração constantes nos incisos XV e XIX do Art. 1º, vimos pelo presente retificar o Decreto nº 16.259, de 11 de outubro de 2011.

No inciso XIX do art. 1º do Decreto nº 16.259 .

ONDE SE LÊ:

o § 3º ao Art. 196-A2

LEIA-SE:

o § 4º ao Art. 196-A2

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 23 de 11 de 2011, 123º da República.

CONFÚCIO AIRES MOURA
Governador

BENEDITO ANTÔNIO ALVES
Secretário de Estado de Finanças

WAGNER LUIS DE SOUZA
Secretário Ajunto de Finanças

MARIA DO SOCORRO BARBOSA PEREIRA
Coordenadora-Geral da Receita Estadual